

Relatório de Atividades

1º Trimestre



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



Presidência

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Vice-Presidência

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Corregedoria

Conselheiro Dimas Ramalho

Conselheiros

Renato Martins Costa

Sidney Estanislau Beraldo

Marco Aurélio Bertaiolli

Maxwell Borges de Moura Vieira

Corpo de Conselheiros Substitutos – Auditores

Auditor Alexandre Manir Figueiredo Sarquis – Coordenador

Conselheiros Substitutos – Auditores

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Samy Wurman

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Letícia Formoso Delsin Matuck Feres – Procuradora-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Élida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP

Denis Dela Vedova Gomes – Procurador-Chefe

Procuradores

Carim José Feres

João Carlos Pietropaolo

Patrícia Ulson Pizarro Werner

Débora Sammarco Milena

Secretaria-Diretoria Geral – SDG

Germano Fraga Lima

Departamento Geral de Administração – DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	29
2.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS	30
2.1.	FÍSICOS.....	30
2.2.	ELETRÔNICOS	31
3.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS.....	32
3.1.	PELO TRIBUNAL PLENO.....	32
3.2.	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	32
3.3.	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES	32
3.4.	PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES.....	32
3.5.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC	33
3.6.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	33
4.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	34
4.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	34
4.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	34
4.1.2.	Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II	34
4.1.3.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC	37
4.1.4.	Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ.....	37
4.1.5.	Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp	37
4.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA	38
4.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	38
4.2.2.	Planejamento e Orçamento	38
4.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI.....	45
4.4.	GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP.....	46
4.5.	ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP	46
4.6.	DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS – DPROC	48
4.7.	DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE	49
4.8.	DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP.....	51
4.9.	OUVIDORIA.....	51
4.10.	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS.....	52
4.11.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	54
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos.....	30
Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.....	34
Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais	35
Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais.....	35
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas Correntes.....	40
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas de Capital	41
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas Correntes	42
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas de Capital	43
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas Correntes.....	44
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas de Capital	44
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas Correntes	45
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas de Capital	45
Tabela 13 - Atividades da EPCP - 1º trimestre	47
Tabela 14 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos	48
Tabela 15 - Comunicados expedidos pelo GP	55
Tabela 16 - Comunicados expedidos pela SDG.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 1º trimestre	33
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual.....	36
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	36
Gráfico 4 - Atendimento realizados pela Ouvidoria	51
Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional.....	52

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRO ANTONIO
ROQUE CITADINI
Presidente

O primeiro trimestre de 2025 foi marcado por importantes iniciativas do **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, reafirmando seu compromisso com o **fortalecimento do controle externo, a transparência da gestão pública e a orientação aos jurisdicionados**.

Entre os principais marcos do período, ressalta-se o início do **29º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais**, que percorreu diversas regiões do Estado, promovendo encontros com Prefeitos, Vereadores e servidores públicos para o debate de **temas centrais da administração**, como Terceiro Setor, Regime de Compras Públicas, Planejamento, Controle e Índice de Efetividade da Gestão Municipal. O evento, realizado há 29 anos ininterruptos, reafirma a vocação do TCESP para o diálogo e a disseminação de boas práticas de governança.

Ainda no trimestre, o TCESP **fortaleceu parcerias com órgãos públicos e instituições e promoveu ações voltadas à sustentabilidade, à valorização da diversidade e à capacitação de servidores**. Os resultados desses primeiros meses evidenciam o esforço coletivo para aprimorar a atuação da Corte, sempre orientada pelos princípios da eficiência, da legalidade e do interesse público.

Essas e outras iniciativas encontram-se sintetizadas no presente relatório, elaborado em atenção ao **artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno**, e que reúne as principais atividades desenvolvidas no decorrer do primeiro trimestre do exercício de 2025, sejam relacionadas ao exercício do controle externo, sejam afetas à dinâmica administrativa interna.

Nova Lei de Licitações e Contratos



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) divulgou, em 8 de janeiro, por meio do Comunicado SDG n.º 02/2025, **levantamento realizado em municípios paulistas, com população acima de 20 mil habitantes, que aborda a implementação da Lei n.º 14.133/2021**, conhecida como “Nova Lei de Licitações e Contratos”.

A avaliação foi feita por meio do **Índice de Maturidade na Implementação da Lei de Licitações (IMIL)** – indicador concebido por meio do Tribunal de Contas da União (TCU) que abrangeu 1.768 órgãos e entidades da Administração Pública em todo o Brasil, em municípios com população superior a 20 mil habitantes. O objetivo do estudo, desenvolvido no Estado em parceria com o TCE, foi mensurar o grau de maturidade das instituições dos poderes Executivo Municipais no processo de implantação da nova legislação.

No recorte de São Paulo, **251 órgãos e entidades da Administração Pública avaliados neste trabalho responderam ao questionário**, restando apenas três não respondentes, considerados inadimplentes. Da análise das respostas, ficou verificado que **34,2% dos entes (86 municípios) estão no nível de implementação insuficiente**; 60% (151 cidades) no nível básico e 4,3% (11 cidades) figuram no nível intermediário. Nenhum município auferiu resultados no nível avançado.

Como parte de seu papel pedagógico, o TCESP continuará a prestar **ações de orientações** (cursos, treinamentos, *lives*, publicações, entre outras), além do monitoramento do atendimento à legislação como ação prioritária da fiscalização, sem prejuízo do registro no Relatório de Contas Anuais. A íntegra e os detalhes da pesquisa estão disponibilizados no *link* <https://go.tce.sp.gov.br/nq99rv>.

Transferência de recursos públicos ao Terceiro Setor



O Tribunal de Contas apresentará, em julho, **sistema para fiscalizar as transferências de recursos públicos destinados a entidades do Terceiro Setor**. O anúncio foi feito por meio do Comunicado GP nº 01/2025, emitido pela Presidência e veiculado na edição de 8 de janeiro do Diário Oficial Eletrônico do TCESP.

O documento, além das argumentações, traz os novos prazos para a implantação do **módulo de Prestação de Contas da Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos (AudeSP), denominado “Fase V da AudeSP”**.

A ferramenta, que será apresentada na forma de piloto em julho de 2025, vai ao encontro do disposto no Decreto nº 69.233, assinado pelo Governador do Estado em 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o compartilhamento de dados e informações de licitações e contratações realizadas pela Administração Pública com o Sistema de Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos (AudeSP) do TCESP.

A medida busca melhorar a transparência e a eficiência na gestão pública, permitindo que os dados sejam enviados eletronicamente por meio de um sistema integrado. A partir de 1º de julho de 2025, o piloto do módulo estará disponível com todas as informações financeiras, relação de bens empregados, relatórios de atividades e pareceres conclusivos.

Entre 1º de janeiro e 30 de julho de 2026, será obrigatória a prestação de contas do exercício de 2025 para ajustes previamente cadastrados no módulo “Ajustes”, nos termos do Comunicado GP nº 68/2022.

Painel da Inovação e Transformação Tecnológica



Visando promover a transparência pública e traçar um panorama sobre a utilização de ferramentas de inovação e transformação tecnológica nos 644 municípios paulistas (exceto a Capital), o **TCESP incorporou, em um painel temático, dados que revelam as ações de governança pública e gestão tecnológica nas administrações paulistas.**

As informações do indicador que afere as políticas de Governança e Tecnologia da Informação (I-GovTI) são um dos sete indicadores que compõem a base do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). Os dados, colhidos em 2024 com data-base no ano fiscal de 2023, estão disponibilizados no “Painel da Inovação e Transformação Digital”.

A plataforma oferece uma visão abrangente sobre cada município paulista na temática, promovendo transparência para a sociedade e subsidiando decisões estratégicas para os gestores públicos.

Concebida pelo Ministério Público de Contas (MPC) junto ao Tribunal e desenvolvida por meio do Departamento de Tecnologia da Informação do TCESP, a ferramenta mede o grau de utilização de recursos tecnológicos em áreas como capacitação de pessoal, transparência e segurança da informação.

Por meio da plataforma, é possível obter informações do iGovTI; da implementação da Lei do Governo Digital; dos sistemas digitais e serviços on-line disponíveis à população; dentre outros dados ligados à transformação tecnológica.

Comprovação de Regime de Previdência Complementar



Os municípios que já tenham aprovado a legislação e instituído regimes complementares de previdência no Estado de São Paulo e contrataram servidores com remuneração superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) **deverão comunicar ao Tribunal de Contas do Estado a existência de sistema municipal ou comprovar a existência de convênio/ termo com entidade para gerenciar o regime.**

A medida foi comunicada aos Chefes de Executivo por meio de publicação veiculada na edição de 17 de janeiro do Diário Oficial Eletrônico do TCESP. A íntegra do Comunicado SDG n.º 04/2025, emitido pela Secretaria-Diretoria Geral, está disponível pelo [link https://go.tce.sp.gov.br/bdmshe](https://go.tce.sp.gov.br/bdmshe).

Segundo a publicação, a instituição do regime de previdência complementar deveria ter ocorrido até 13 de novembro de 2021, por lei de iniciativa do Poder Executivo. No comunicado, o Tribunal de Contas alerta que, nos casos em que há convênios de adesão à Entidade Fechada de Previdência Complementar, é obrigatório que a contratação tenha sido precedida de processo de seleção pública, conforme o disposto no artigo 37 da Constituição Federal.

Os municípios que ainda não instituíram o Regime de Previdência Complementar poderão ficar sem a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) – documento necessário para realizar as transferências de recursos da União; celebração de acordos, contratos/convênios; formalização de empréstimos e financiamentos e recebimento de pagamentos referentes à compensação previdenciária.

Orientação para Prefeitos e gestores sobre início de mandato



No sentido de **auxiliar os Chefes de Executivos eleitos e reeleitos e suas equipes de trabalho**, o Tribunal de Contas realizou, no dia 21 de janeiro, das 10h00 às 12h00, uma série de palestras com o tema **“Orientação sobre os cuidados de início de mandato”**. Os palestrantes se revezaram simultaneamente entre falas do Presidente e Diretores, no Auditório Nobre do TCESP, e em apresentações feitas por Chefes-Técnicos em quatro Unidades Regionais do TCE (Araçatuba, São José dos Campos, Campinas e Registro). A atividade abordou diversos temas primordiais para os novos governantes: Planejamento e Finanças, Patrimônio Público, Dívida Ativa, Compras e Contratações Públicas, Terceiro Setor, Legislação, Controle Interno e Transparência. O conteúdo, transmitido em tempo real, contou com cerca de 7 mil visualizações. A íntegra da capacitação, com todas as palestras proferidas, está disponível no *link* <https://go.tce.sp.gov.br/k7b0v8>.

Podcast Giro TCESP



O TCESP lançou o *podcast* **“GiroTCESP”**. Produzido pela Diretoria de Comunicação Social, o *podcast*, com duração de aproximadamente 5 minutos, disponibiliza edições inéditas às sextas-feiras com um giro de **notícias**,

publicações e eventos que foram realizados pelo Tribunal. O material está disponível no Podcast TCESP (nas plataformas [Spotify](#), [Amazon Music](#), [Apple Podcasts](#) e [Deezer](#)).

Conselheiro Antonio Roque Citadini assume a Presidência do TCESP

Decano do TCESP, o **Conselheiro Antonio Roque Citadini** assumiu, no dia 3 de fevereiro, o cargo de **Presidente do órgão**, em sucessão ao **Conselheiro Renato Martins Costa**, que esteve no comando da Mesa Diretora no exercício de 2024.

A cerimônia de posse administrativa ocorreu na Sala da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Também tomaram posse a **Vice-Presidente Cristiana de Castro Moraes** e o **Corregedor Dimas Ramalho**.

Eleito por unanimidade pelo Colegiado durante sessão do Pleno em 4 de dezembro, **Roque Citadini** assumiu pela sexta vez a **presidência da Corte de Contas paulista**. Desde 1988 no TCE, Citadini presidiu a instituição em 1991, 1998, 2007, 2013 e 2019.

Por parte do Colegiado, prestigiaram a posse os Conselheiros Renato Martins Costa, Sidney Beraldo, Marco Aurélio Bertaiolli e Maxwell Borges de Moura Vieira. Participaram do ato os Conselheiros Substitutos - Auditores Samy Wurman, Alexandre Manir Figueiredo Sarquis e Márcio Martins de Camargo.

Também compareceram à cerimônia a Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Leticia Formoso Delsin Matuck Feres, acompanhada por demais membros do órgão; o Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCE, Denis Dela Vedova Gomes; o Diretor Geral de Administração, Carlos Eduardo Malek; e o Diretor de Tecnologia da Informação, Fábio Correa Xavier.

Ainda prestigiaram o ato o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), e o Conselheiro Estilac Martins Rodrigues Xavier (TCE-RS).

29ª edição do CAAPEFIS

Com o intuito de **debater e promover soluções inovadoras para aperfeiçoar as rotinas da Corte de Contas paulista**, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu, no primeiro trimestre, a **29ª edição do Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização (CAAPEFIS)**, no Auditório Turquesa, no Centro de Convenções Rebouças, na Capital.

O primeiro dia de atividades contou com as palestras especiais de abertura do Diretor do Instituto Butantan, Esper Georges Kallás, e do Presidente do TCESP, Conselheiro Antonio Roque Citadini, que discorreram sobre a história e a importância dos dois órgãos para a sociedade. O encerramento dos trabalhos se deu com a palestra do Secretário-Diretor Geral, Germano Fraga Lima, que trouxe orientações para a fiscalização do TCESP.

Realizado há 29 anos pelo TCESP, o encontro, em 2025, reuniu servidores das áreas da Fiscalização, Administração e Tecnologia do TCESP, que participaram de debates sobre promoção de soluções inovadoras para o aperfeiçoamento das rotinas da fiscalização da Corte.

Além da realização de discussões e palestras, durante a capacitação, foram eleitos os vencedores do “Prêmio CAAPEFIS: Inovação em Dobro: Soluções para Grandes Desafios e Boas Práticas”, projetos elaborados por servidores que serão implantados pela Corte de Contas paulista ao longo de 2025.

Índice de Efetividade da Gestão Municipal



Levantamento do Tribunal de Contas do Estado revelou que somente 78 municípios paulistas têm administrações efetivas no Estado, ou seja, 13% do total – exceto a Capital. É o que apontou nova atualização do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) de 2024, com base em dados extraídos do ano de 2023.

Segundo o balanço do indicador do TCE, o número mencionado (nota B) é o máximo que as administrações conseguiram atingir nesse período. Os dados revelaram que 223 municípios receberam a nota C+ (em fase de adequação) e 343 obtiveram a pior nota: C (baixo nível de adequação). **Nenhuma administração obteve as notas B+ e A (muito efetiva e altamente efetiva).**

O relatório apontou que na área de Planejamento, apenas nove municípios obtiveram administrações muito efetivas, ao passo que 524 cidades paulistas receberam a pior nota do indicador. No i-Fiscal, que mede os resultados da administração fiscal a partir da análise da execução financeira e orçamentária e do respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), menos da metade dos municípios (43%) foram considerados efetivos e muito efetivos – notas B e B+, respectivamente.

Apenas 18% das administrações se revelaram muito efetivas na Educação local, índice que mede os resultados relacionados à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, com foco na infraestrutura escolar. Na Saúde, 363 municípios, o que representa 56% do total, foram considerados muito efetivos (B+) e efetivos (B). Ao passo que 281 prefeituras receberam as piores notas pelo indicador ao registrar que estão em fase de adequação e com baixo nível de adequação (C+ e C, na ordem indicada).

Paralisação de contratação de entidade do Terceiro Setor



O Tribunal de Contas determinou que a entidade do **Terceiro Setor** “**Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim - CEJAM**” paralisasse um processo de contratação de serviços médicos especializados para unidades de saúde sob sua gestão no município de São José dos Campos.

A decisão cautelar foi provocada por uma representação que relatou possíveis irregularidades no chamado de contratação. No despacho, assinado em 21 de fevereiro, o Conselheiro Dimas Ramalho proibiu a realização de qualquer pagamento à empresa vencedora do certame e deu prazo de 48 horas para que o CEJAM apresentasse defesa.

A decisão inovou no âmbito do controle externo da administração pública porque, até então, o TCESP entendia que não podia intervir nas relações contratuais de organizações sociais com terceiros, uma vez que não pertencem ao setor público, apesar de receberem repasses dos órgãos do Estado e dos municípios.

Contudo, a Corte entendeu que o poder geral de cautela – capacidade que um julgador tem de tomar qualquer medida preventiva ainda que não esteja prevista na legislação processual – permite que o TCE intervenha no processo de contratação promovido pelas entidades do Terceiro Setor, pois os serviços pretendidos seriam prestados em unidades públicas de saúde do município de São José dos Campos e remunerados com verbas do erário decorrentes de dois contratos de gestão firmados com o CEJAM. Na representação, foram apontadas possíveis irregularidades como a publicação da ata de julgamento em dia anterior ao da assinatura dos membros da comissão licitante e também falta de transparência e motivação no processo de seleção das empresas interessadas.

Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária



Dados do Tribunal de Contas apontaram que **o montante do déficit atuarial da gestão previdenciária dos municípios paulistas alcançou, aproximadamente, R\$ 45,5 bilhões. Dos 218 municípios que têm Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ativo, 199 possuem déficit atuarial e/ou déficit financeiro.**

Os números são referentes à **atualização do Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal (IEG-Prev) de 2024, com base em dados apurados no ano de 2023.** O relatório do TCESP mostrou que, ao comparar com levantamento anterior realizado com dados de 2022 (R\$ 36 bilhões), houve um acréscimo de quase 25% no montante do déficit atuarial. O indicador demonstrou que, do espectro dos municípios que estavam dentro da análise, pela primeira vez, nenhuma gestão foi considerada Altamente Efetiva – Nota A+. Ao passo que 51 cidades obtiveram a Nota C, ou seja, a pior do indicador, que revela Baixo Nível de Adequação – um aumento de 31% se comparado com o balanço anterior de 2022 (39 municípios).

Apenas 23% das administrações foram consideradas Muito Efetivas (B+), enquanto 83 municípios se enquadraram na Nota B (Efetiva). Já 15% das gestões do quadro receberam a Nota C+, ou seja, em Fase de Adequação.

O IEG-Prev analisa sete áreas temáticas relevantes do sistema previdenciário: Contribuições; Endividamento; Atuária; Investimentos; Benefícios; Sustentabilidade dos RPPS; e Fidedignidade das Informações.

A lista completa com os municípios e as respectivas notas pode ser acessada no Painel do IEG-Prev/Municipal pelo [link www.tce.sp.gov.br/iegprev](http://www.tce.sp.gov.br/iegprev).

Dia Internacional das Mulheres



Em virtude do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu, no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, na Capital, palestra com o **tema “Celebração do Dia Internacional das Mulheres – Vivendo de forma integral”**.

Voltado a servidoras e servidores da Corte, estagiárias, terceirizadas e à sociedade em geral, o encontro destacou a **importância do fortalecimento feminino** e da dedicação das mulheres, especialmente aquelas que ocupam ou desejam ocupar posições de liderança, para, além de se dedicar ao trabalho, reservar momentos para o cuidado com a vida pessoal.

Participaram dos debates, por parte do TCESP, o Conselheiro-Presidente Antonio Roque Citadini; a Vice-Presidente, Conselheira Cristiana de Castro Moraes; a Procuradora-Geral de Contas (MPC), Letícia Formoso Delsin Matuck Feres; a Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoas, Andréa Vilas Boas Soares Alexandre; a Ouvidora das Mulheres da Corte, Ana Amélia Caldas Saad de Oliveira; a Diretora da Diretoria de Saúde e Assistência Social (DASAS), Fernanda Borges Keid; e a Diretora da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), Bibiana Camargo.

Na abertura das atividades, o Presidente do TCESP destacou a importância da luta feminina e disse que ainda há muito o que se conquistar. Já a Vice-Presidente da Corte e responsável pela coordenação dos trabalhos, Cristiana de Castro Moraes, fez uma reflexão sobre o que falta para as mulheres alcançarem lugares de destaque na sociedade.

Concurso Auditor de Controle Externo



Concurso Público
TCESP lança edital

63 VAGAS Salário inicial: **R\$ 17.743,05**
Auditor de Controle Externo
Auditor de Controle Externo - Administração

Prazo de inscrições: **17/3** até **24/4**

Acesse o edital em:
<https://go.tce.sp.gov.br/ql8pdt>

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

O Tribunal de Contas disponibilizou, em publicação no DOE-TCESP de 11 de março, **edital para o concurso da Corte para os cargos de Auditor de Controle Externo e Auditor de Controle Externo – Administração.**

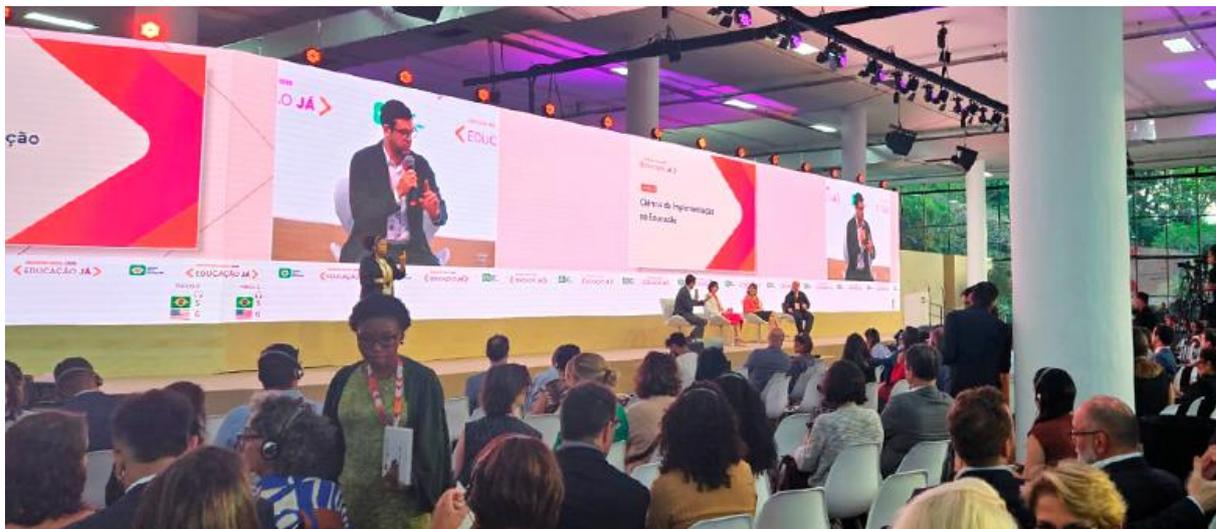
A Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Fundação Vunesp) será a responsável pela elaboração das provas, que serão aplicadas em 15 de junho.

Dentre concorrência ampla, Pessoas com Deficiência e Negros, serão disponibilizadas, ao todo, 59 vagas para o cargo de Auditor de Controle Externo (com opção de lotação na Capital, em Araçatuba, Araras, Fernandópolis, Araraquara, Andradina, Itapeva, Ituverava e Adamantina), enquanto quatro vagas serão destinadas ao cargo de Auditor de Controle Externo – Administração, apenas para lotação na Capital. Os dois cargos exigem Diploma de conclusão de curso de nível superior, em grau de bacharel, em Administração de Empresas ou Pública, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia Civil ou Gestão de Políticas Públicas.

Ainda segundo o edital, a remuneração inicial para cada cargo alcança o valor correspondente a R\$ 17.743,05, com carga horária de trabalho de 40 horas semanais.

O prazo de validade do concurso será de 24 meses, contados a partir da data da publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Encontro Educação Já



Com o objetivo de **reforçar o compromisso com a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à Educação**, o TCESP participou, no dia 13 de março, na Capital, da edição de 2025 do “**Encontro Educação Já**”, promovido pela ONG Todos Pela Educação. A Diretora da 6ª Diretoria de Fiscalização (DF-6), Roberta Rocha Pereira de Veras Sebastião, foi a responsável por representar a Corte no evento.

O encontro, que é um dos mais importantes do calendário educacional do Brasil, reuniu lideranças políticas, gestores, especialistas, representantes da sociedade civil e jornalistas para discutir os avanços e os desafios das políticas públicas educacionais no país.

Dentre as autoridades políticas, estiveram presentes o Ministro da Educação, Camilo Santana; a Ministra da Gestão e da Inovação, Esther Dweck; o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta; o Presidente da Frente Parlamentar Mista de Educação, Deputado Federal Rafael Brito.

O evento ainda contou com a presença de convidados internacionais como o Fundador e Presidente do *Center for Curriculum Redesign* (EUA), Charles Fadel; a Professora de Economia e Políticas Públicas na *Blavatnik School of Government* da Universidade de Oxford, Clare Leaver; a Especialista Líder para Educação e Mudanças Climáticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Maria Soledade Bos; e o Economista em Prática Global de Educação do Banco Mundial, Sergio Venegas.

A programação ainda contou com painéis que discutiram temas como Prova Nacional Docente, Novo Ensino Médio, Alfabetização, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Equidade Étnico-Racial na Educação.

Posse Solene do Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira



A Corte de Contas paulista realizou, no dia 14 de março, no Auditório Nobre, na Capital, Sessão Especial de Posse Solene do Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira. Transmitida ao vivo, a cerimônia contou com a presença do Conselheiro-Presidente Antonio Roque Citadini; da Vice-Presidente, Cristiana de Castro Moraes; do Conselheiro-Corregedor, Dimas Ramalho; dos Conselheiros Renato Martins Costa, Sidney Beraldo e Marco Aurélio Bertaiolli, além de Membros da Corte, Diretores e Chefes de Departamento, autoridades públicas e políticas no cenário nacional e representantes da sociedade civil.

Comandada pelo Presidente Roque Citadini, a cerimônia obedeceu ao rito solene com a leitura e a assinatura do termo de posse com a condução do Secretário-Diretor Geral, Germano Fraga Lima. Em seguida, o novo Conselheiro da Corte recebeu da sua esposa, Thayane Maio Benevides dos Santos, e da Vice-Presidente, Cristiana de Castro Moraes, a outorga do Colar do Mérito de Contas.

Ao discursar em sua posse, o Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira demonstrou gratidão pela oportunidade e reforçou a importância do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo como um órgão de controle externo que defende os interesses da sociedade paulista.

Prestigiaram a solenidade o Ministro do STF André Mendonça; o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas; o Vice-Governador, Felício Ramuth; o Presidente da Alesp, Deputado André do Prado; o Presidente do TJ-SP, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia; o Deputado Federal Cezinha de Madureira, dentre outras autoridades representantes das três esferas do poder público.

Encontro Regional sobre Educação



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo participou, no dia 19 de março, na Fundação Inova Prudente, no município de Presidente Prudente (SP), do **Encontro Regional de Secretários(as) Municipais de Educação**.

Promovido pelo Fórum Regional Permanente de Educação da Infância (FORPEDI), o evento teve como propósito a **troca de experiências, o diálogo e o fortalecimento de parcerias institucionais na elaboração e na implementação de políticas educacionais na região**.

Participaram da mesa do evento, por parte do TCESP, o Diretor da Unidade Regional de Presidente Prudente (UR-5), Marcio Eduardo Perassol Fernandes, e a Chefe-Técnica de Fiscalização da UR-5, Roberta Ramos Ciabatari. Também estiveram presentes a Coordenadora do Polo da Undime, Regional de Presidente Prudente, Professora Karina Gomes, e a Professora da FCT/Unesp e Coordenadora do Grupo Gestor do FORPEDI, Professora Doutora Cinthia Magda Fernandes Ariosi.

Na oportunidade, os representantes da Corte de Contas paulista ministraram a palestra **“O papel do TCESP para garantia de uma Educação de qualidade na região”**, que tratou de assuntos como a **evolução da fiscalização educacional pela Corte, a importância da elaboração intersetorial do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), o PMPI como ferramenta de intersectorialidade na Educação e a necessidade de um plano de capacitação continuada dos profissionais da Educação**.

Também marcaram presença no encontro Secretários Municipais de Educação e representantes das gestões educacionais de municípios da região de Presidente Prudente.

Dia Nacional do Ouvidor



Em alusão à semana que celebrou o Dia Nacional do Ouvidor, o TCESP aderiu à **campanha que envolveu diversos órgãos públicos do país e realizou, no dia 20 de março, o seu “Ouvidoria Day”**. A Corte de Contas paulista promoveu, na oportunidade, ações com o objetivo de conscientizar e lembrar da importância do profissional na esfera pública no controle social e no âmbito do controle externo paulista, além de celebrar os 10 anos da criação da Ouvidoria do TCESP, instituída pela Resolução nº 03/2015.

Nesse sentido, o TCESP **lançou o novo site da Ouvidoria**, que dispõe sobre a criação da área, serviços oferecidos pela Corte, Canais de Atendimento, Ouvidoria das Mulheres, Carta de Serviços, relatório de atividades e uma área sobre o (a) Ouvidor(a).

Outra novidade do “Ouvidoria Day” foi a disponibilização de um **artigo com o tema “Ouvidorias Públicas como Instrumento a Serviço da Democracia Participativa e do Aperfeiçoamento da Gestão Pública”**, de autoria da Ouvidora do TCESP e Responsável pela Ouvidoria das Mulheres, Ana Amélia Caldas Saad de Oliveira, e do Chefe-Técnico da Seção de Expediente da Ouvidoria, Natan Albuquerque Freitas.

Ademais, o “Ouvidoria Day” **apresentou dois vídeos especiais**. O primeiro trouxe uma conversa com a Conselheira Vice-Presidente, Cristiana de Castro Moraes – Presidente à época em que foi instituída a Ouvidoria no Tribunal –, com a Ouvidora da Corte, Ana Amélia Caldas Saad de Oliveira, e o primeiro Ouvidor da história do TCESP, Abílio Augusto Martins, que abordaram os 10 anos de Ouvidoria da Casa e o futuro do setor. O segundo apresentou o conceito, a criação, a importância do Ouvidor no setor público e as ações disponibilizadas pelo TCESP, como a edição de guias, cartilhas e manuais relacionados à área.

Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deu início, no dia 17 de março, em **Jaguariúna**, aos trabalhos da **29ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais**. Voltado prioritariamente a gestores públicos, o primeiro encontro de 2025 contou com mais de 400 participantes, sendo 24 autoridades políticas, dentre elas, nove Prefeitos e 15 Presidentes de Câmaras Legislativas de municípios jurisdicionados da Corte na região. **Garça e Jaú sediaram a segunda e terceira reuniões**, nos dias 27 e 28 de março, respectivamente, reunindo um público de mais de 1 mil pessoas.

Até 27 de junho de 2025 **serão promovidos 20 encontros em diversas cidades** vinculadas às Unidades Regionais do TCESP espalhadas no interior e no litoral do Estado de São Paulo. Dentre os principais assuntos a serem debatidos, estão os cuidados com a gestão administrativa e aspectos atinentes às ações da fiscalização, como Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), Terceiro Setor, Regime de Compras Públicas, Planejamento e Controle, além de aspectos relativos às Câmaras Municipais.

Com 29 anos ininterruptos, o Ciclo de Debates é uma oportunidade para o TCESP difundir junto a Prefeitos, Vereadores, Secretários, gestores e lideranças políticas e municipais, as boas práticas administrativas e elucidar dúvidas sobre a gestão pública.

Os encontros são organizados pela Secretaria-Diretoria Geral e pelos Departamentos de Supervisão da Fiscalização em conjunto com as Unidades Regionais do TCE no Estado.

O calendário completo está disponível no link <https://go.tce.sp.gov.br/sh2oh9> .

XXX Semana Contábil e Fiscal



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo esteve presente, entre os dias 24 e 28 de março, na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), para participar das atividades que marcaram a **XXX Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (SECOFEM)**.

O encontro, que contou com mais de 1,2 mil inscritos de diferentes estados da Federação, além de servidores da Corte de Contas paulista, teve como objetivo fortalecer o conhecimento e a capacitação em **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**, assim como a **promoção da transparência e a eficiência na Administração Pública**.

Órgão de controle externo atuante na responsabilidade fiscal e da boa governança, o TCESP participou da mesa de abertura por meio do Diretor da 8ª Diretoria de Fiscalização (DF-8), Aluisio Genofre Bicudo – representando o Presidente do TCESP, Conselheiro Roque Citadini –, ao lado de membros da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP), do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) e da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo.

Dentre os principais assuntos, foram abordados assuntos como demonstrativos fiscais, operações de crédito, transferências voluntárias e a convergência aos padrões internacionais de contabilidade pública. O evento também aprofundou o entendimento sobre temas como o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

Capacitação para Auditoria Operacional Coordenada na Primeira Infância



Com o objetivo de discutir e avaliar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos de idade, o Tribunal sediou, entre os dias 25 e 27 de março, no Auditório “Ministro Genésio de Almeida Moura”, na Capital, uma **capacitação para a “Auditoria Operacional Coordenada na Primeira Infância”**.

Organizado em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e Tribunais de Contas do Brasil, o encontro teve como foco a avaliação das visitas domiciliares nos programas nacionais “Estratégia Saúde da Família (ESF)” e “Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz (PCF)”.

A capacitação permitiu que os participantes pudessem **aprimorar conhecimentos sobre os programas nacionais de visita domiciliar e realizar treinamentos práticos relacionados aos trabalhos da auditoria**.

Ao longo dos dias, o encontro contou com as presenças da Vice-Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, do Secretário-Diretor Geral, Germano Fraga Lima, de Diretores Técnicos da Fiscalização e de Unidades Regionais do TCESP, servidores da Casa, além de representantes do IRB, da Atricon, da Rede Integrar e de 25 Tribunais de Contas do Brasil.

Entre abril e junho, os Tribunais realizarão a coleta de dados, entrevistas e visitas aos municípios selecionados, conforme a matriz de planejamento apresentada na fase inicial. Os resultados consolidados serão apresentados durante o II Encontro Nacional da Primeira Infância (ENAPI), organizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e pela Atricon, em agosto, em Belo Horizonte.

Recondução da Procuradora-Geral do MPC junto ao TCESP



Leticia Formoso Delsin Matuck Feres foi nomeada pelo Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para exercer, em recondução, o cargo de Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas (MPC) junto ao TCESP no biênio 2025-2027.

A nomeação foi publicada por meio de Decreto do Chefe do Executivo Estadual na edição de 27 de março do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE-SP).

Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), especialista em Direito da Infraestrutura pela Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Leticia Feres tem, dentre outras experiências, atuação na Advocacia Contenciosa junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP).

Na Corte de Contas paulista, foi titular da 7ª Procuradoria de Contas do MPC até se tornar a primeira mulher a assumir o comando do Parquet paulista, em 2023.

Este será o segundo mandato consecutivo de Leticia Feres à frente do Ministério Público de Contas junto ao TCESP.

Relações institucionais

Audiência com chefes dos três poderes do Estado



O TCESP recebeu, no dia 23 de janeiro, o **Governador Tarcísio Gomes de Freitas**; o **Presidente da Alesp, Deputado André do Prado**; o **Presidente do TJSP, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia**; e o

Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa. Eles foram recebidos pelo Presidente do TCESP à época, Conselheiro Renato Martins Costa; pelo Vice-Presidente e Presidente eleito, Conselheiro Antonio Roque Citadini; pelo Conselheiro-Corregedor eleito Dimas Ramalho; e pelos Conselheiros Sidney Beraldo, Marco Aurélio Bertaiolli e Maxwell Vieira.

Posse da nova Mesa Diretora do TCM-SP



O TCE prestigiou, no dia 29 de janeiro, a **solenidade de posse da nova Mesa Diretora do TCM-SP**. Por unanimidade, o colegiado do TCM-SP elegeu o Conselheiro Domingos Dissei como Presidente da Casa para o exercício de 2025.

Agenda com Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital



O **Secretário Executivo da Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo (SGGD), Leonardo Sultani**, participou, no dia 30 de janeiro, de audiência na Presidência do TCESP. Durante a reunião, o

Secretário falou dos trabalhos e avanços da Pasta ao longo de sua gestão, e sobre a relação de diálogo e orientação que mantém com a Corte de Contas.

Celebração pelos 190 anos de fundação da Alesp



O Tribunal de Contas do Estado prestigiou, no dia 5 de fevereiro, no Memorial da América Latina, na Capital, a solenidade que celebrou os **190 anos de fundação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. Realizada no

Auditório Simón Bolívar, a cerimônia contou com mais de 2 mil convidados.

Secretaria da Fazenda e Planejamento



O Presidente do TCE, Roque Citadini, recebeu, no dia 6 de fevereiro, a **visita do Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento**, Samuel Kinoshita, e do Secretário Executivo da Fazenda, Rogério Campos. No

encontro, com fins institucionais, foram tratados assuntos como a conjuntura econômica nacional e internacional e o impacto orçamentário decorrente delas no território paulista. Participaram da audiência o Procurador do Ministério Público de Contas Thiago Pinheiro Lima e o Assessor-Técnico da Presidência João Paulo de Jesus Lopes.

Solenidade de 124 anos do Instituto Butantan



Membros do Colegiado e representantes do Tribunal participaram, no dia 21 de fevereiro, de **cerimônia que celebrou os 124 anos de fundação do Instituto Butantan**. A solenidade contou com homenagens e reconhecimento da

Instituição quanto aos serviços prestados à saúde pública desde a sua fundação.

Audiência com Vice-Cônsul dos Estados Unidos



O Vice-Cônsul dos Estados Unidos, **Thomas White**, realizou, no dia 25 de fevereiro, uma visita ao TCE. Durante a agenda, ele teve a oportunidade de conhecer o funcionamento da Corte de Contas paulista e a importante atuação no controle e na fiscalização das contas públicas. O Vice-Cônsul foi recepcionado pelo Presidente do TCE, Conselheiro Roque Citadini, pelo Corregedor do TCE, Conselheiro Dimas Ramalho, e pelo Procurador do Ministério Público de Contas Thiago Pinheiro Lima.

Reunião com representantes do Tribunal de Contas de Angola



O TCESP recebeu, no dia 27 de fevereiro, visita de **representantes do Tribunal de Contas de Angola**. Recepcionados pelo Presidente, Conselheiro Roque Citadini, e pelo Chefe de Gabinete da Presidência, Sérgio Ciquera Rossi, o Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas de Angola, Manuel Domingos, e o Consultor do TC/Angola, Kissongo dos Santos, participaram da audiência. A visita teve como propósito o compartilhamento de informações e experiências entre os órgãos.

Visita institucional ao TCM-SP



O Corregedor do TCESP, **Conselheiro Dimas Ramalho**, participou, no dia 27 de fevereiro, de **audiência com o Conselheiro-Presidente do TCM-SP, Domingos Dissei**. A visita de cortesia reafirmou a parceria de atuação dos órgãos de controle externo na fiscalização das contas públicas e no uso adequado do erário.

Lançamento de livro sobre desigualdades na Primeira Infância



A Vice-Presidente do TCE e Vice-Presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas do Instituto Rui Barbosa, **Conselheira Cristiana de Castro Moraes**, participou, em Brasília, no dia 27 de fevereiro, do lançamento do livro “**A Primeira**

Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades”. O evento reuniu membros do Sistema de Controle Externo brasileiro, autoridades dos Poderes da República, especialistas e representantes de entidades voltadas à Primeira Infância.

Visita institucional do TCE-PA



A **Conselheira-Ouvidora do TCE do Pará, Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes**, participou, em 12 de março, de audiência com a Vice-Presidente do TCE, **Cristiana de Castro Moraes**. Na oportunidade, ela conheceu os trabalhos

desenvolvidos pela Ouvidoria da Corte, que tem como responsável a servidora **Ana Amélia Caldas Saad de Oliveira**.

Audiência com a Secretaria de Gestão e Governo Digital



DO TCESP recebeu, no dia 25 de março, visita institucional do **Secretário de Gestão e Governo Digital, Caio Paes de Andrade**, e do **Secretário Executivo da Pasta, Leonardo Sultani**. A audiência, com o Presidente do TCE, **Roque**

Citadini, e o **Chefe do Gabinete da Presidência, Sérgio Ciquera Rossi**, discutiu a necessidade de aperfeiçoamento da lei na fase de habilitação e qualificação para os contratos de gestão.

1. CORPO DIRETIVO

No dia 3 de fevereiro de 2025, tomaram posse o Conselheiro Antonio Roque Citadini, Presidente, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Vice-Presidente, e o Conselheiro Dimas Ramalho, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **DIMAS RAMALHO – CORREGEDOR**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**
Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**
Conselheiro **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h00

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**
Conselheiro **DIMAS RAMALHO**
Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**
Conselheiro **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**



Utilize o QRCode ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

1.1. FÍSICOS

No primeiro trimestre de 2025, foram distribuídos aos julgadores **16 processos físicos**, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos

MATÉRIA	Conselheiros
Contrato	1
Contrato de Gestão	5
Prestação de Contas – Repasses Terceiro Setor – Contrato de Gestão	1
Prestação de Contas – Repasses Terceiro Setor – Termo de Parceria	1
Recurso Ordinário	7
Revisão de Julgado	1
TOTAL	16

1.2. ELETRÔNICOS

No período, foram distribuídos **6.430 processos eletrônicos**, conforme classificação apresentada abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos
 (Conselheiros, Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores e Gabinete da Presidência)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCCCM	GCDER	GCMAB	GCMV	GCRMC	GCSEB	CCS-A	GP	
Ações	1	1	2	1	-	-	-	1	6
Adiantamentos	8	8	9	8	9	8	-	-	50
Atos de Pessoal	3	2	-	4	1	1	431	-	442
Balanço Geral do Exercício	19	93	34	22	19	69	628	-	884
Concurso Público	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Contas do Governador	-	-	5	-	-	-	-	-	5
Contratos	243	173	175	148	239	268	236	6	1.488
Cautelar em Procedimento de Contratação	72	74	76	92	83	84	-	1	482
Cautelar de Suspensão de Pagamentos	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Expedientes	55	49	35	38	37	30	18	120	382
Expedientes do Ministério Público	34	27	44	30	28	35	31	76	305
Expedientes do Poder Judiciário	74	14	6	30	5	4	7	88	228
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Multas e sanções	-	-	-	-	-	8	-	-	8
Recursos	68	77	65	58	83	76	13	2	442
Relatório de Fiscalização	159	172	140	181	125	135	-	-	912
Repasse Públicos	89	101	62	113	107	95	35	2	604
Representação	22	23	23	12	17	18	23	-	138
Tomada de Contas - Previdência	-	-	-	-	-	-	44	-	44
Total Geral	847	816	676	737	753	831	1.466	304	6.430

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS: FÍSICOS + ELETRÔNICOS

6.446

2. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

2.1. PELO TRIBUNAL PLENO

No primeiro trimestre do presente exercício, foram realizadas **6 sessões ordinárias**, nas quais o Tribunal Pleno:

- Apreciou **308 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **457 representações em sede de Exame Prévio de Edital**, que consiste no exame antecipado (isto é, antes do recebimento das propostas) de editais de licitação lançados por órgãos jurisdicionados, mediante impugnação apresentada por quaisquer interessados.

Além disso, o Egrégio Plenário se reuniu, no período, em **4 sessões para tratar de assuntos internos de natureza administrativa**.

2.2. PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

Tanto a Primeira quanto a Segunda Câmara reuniram-se em **6 sessões ordinárias**. Ademais, tendo julgado, ao todo, **587 e 711 processos**, respectivamente.

2.3. PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

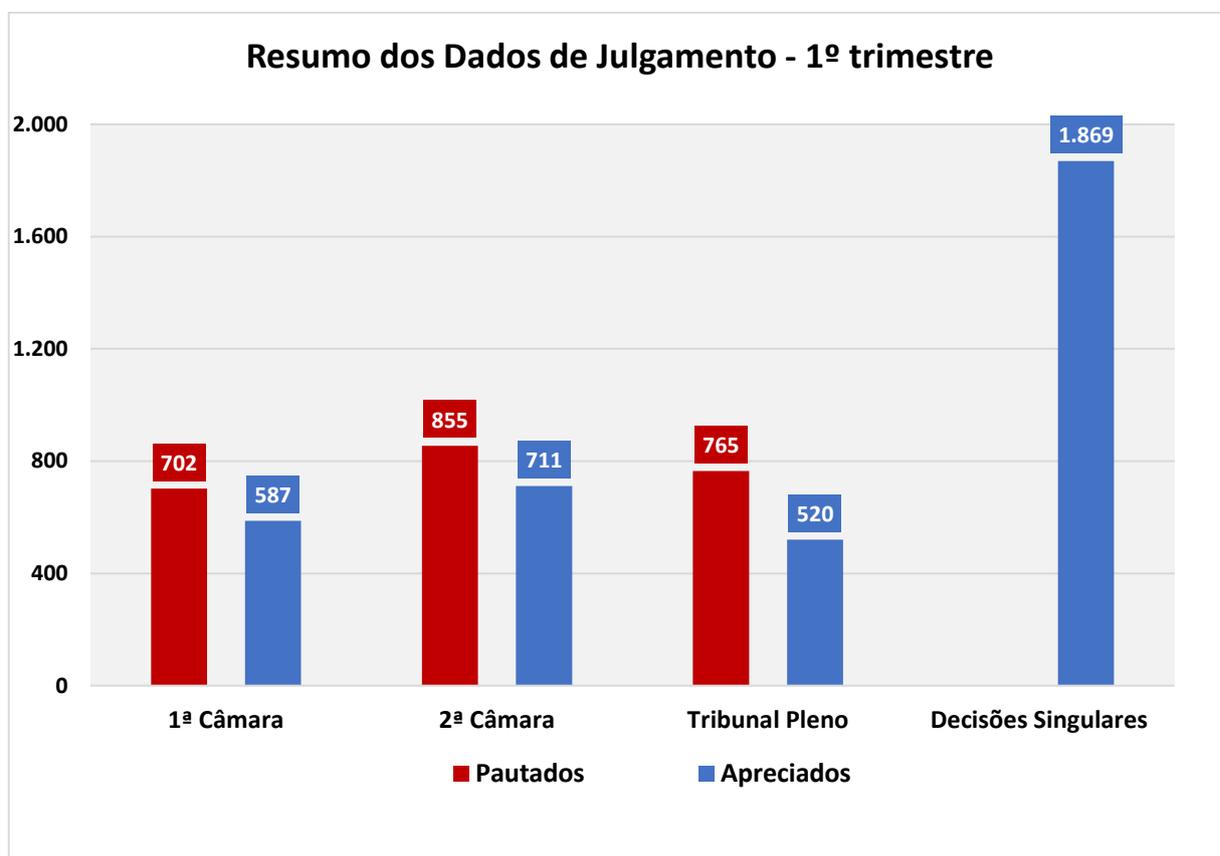
No período, **foram proferidas 616 sentenças**, devidamente publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado (DOE-TCESP), em respeito às normas legais que regem a matéria.

2.4. PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES

O Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalte-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos. No primeiro trimestre de 2025, as matérias tratadas em **1.253 autos foram julgadas pelos Senhores Conselheiros Substitutos - Auditores**.

O gráfico abaixo sintetiza a quantidade de processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como os decididos monocraticamente:

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 1º trimestre



2.5. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar nº 1.110, de 14 de maio de 2010, junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo órgão **7.127 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

2.6. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, é compulsório o trânsito de todos os processos, que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual, pela Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas. Durante o primeiro trimestre de 2025, o órgão se manifestou em **1.047 feitos**.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

3.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral supervisionar ações de fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, **manifestou-se em 1.224 processos**.

3.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e pelo acompanhamento das pautas de julgamento, assim como pela elaboração dos serviços de taquigrafia, que condensam todos os relatórios e as discussões ocorridas nos julgamentos das sessões, procedendo à elaboração de atas e notas taquigráficas. Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e a administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, no período, foram pautados (SDG-3) **2.532 processos**, dos quais **258 resultaram em notas taquigráficas** (SDG-1).

Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **6.040 certidões**.

3.1.2. Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs)**, a **Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos, no período, **4.857 processos** pelas unidades subordinadas aos DSFs I e II.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	205
Processos Eletrônicos	4.652

As tabelas 3 e 4 revelam os números e os órgãos ou as entidades de procedência das matérias tratadas nesses processos:

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	JAN	FEV	MAR	Subtotal
ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	23	17	23	63
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1	-	-	1
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	11	4	6	21
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	-	-	2	2
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	-	-	1	1
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	2	-	2
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	9	3	8	20
SECRETARIA	-	2	3	5
TRIBUNAL	1	1	-	2
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	-	20	20	40
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	-	1	-	1
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	24	673	179	876
TOTAIS	69	723	242	1.034

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	JAN	FEV	MAR	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	140	140	105	385
AUTARQUIA MUNICIPAL	-	1	19	20
CÂMARA MUNICIPAL	-	9	118	127
CONSÓRCIO MUNICIPAL	-	2	13	15
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	-	-	1	1
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	-	-	2	2
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	-	-	8	8
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	14	5	5	24
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	-	-	5	5
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	-	-	2	2
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	-	-	1	1
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	4	5	5	14
PREFEITURA MUNICIPAL	19	17	49	85
TOTAIS	177	179	333	689

Os processos eletrônicos, que correspondem à expressiva maioria dos instruídos no período, apresentam a seguinte segmentação por matéria, nas esferas estadual e municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

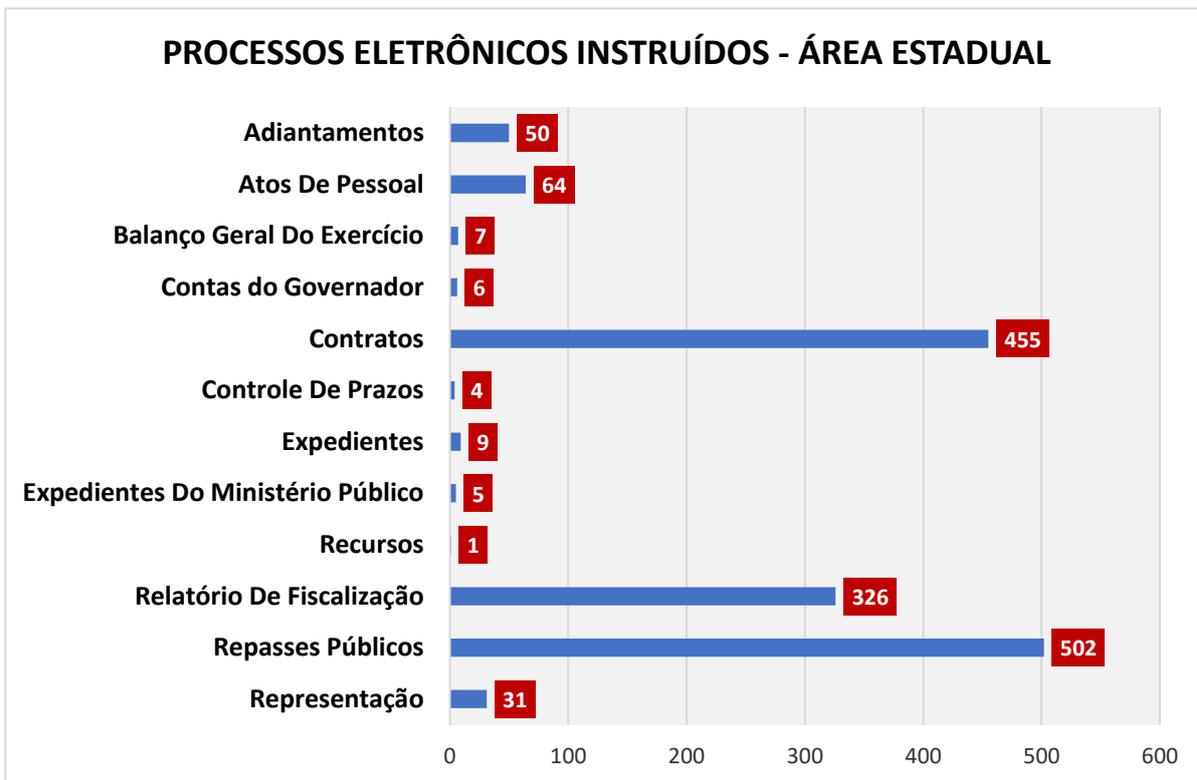
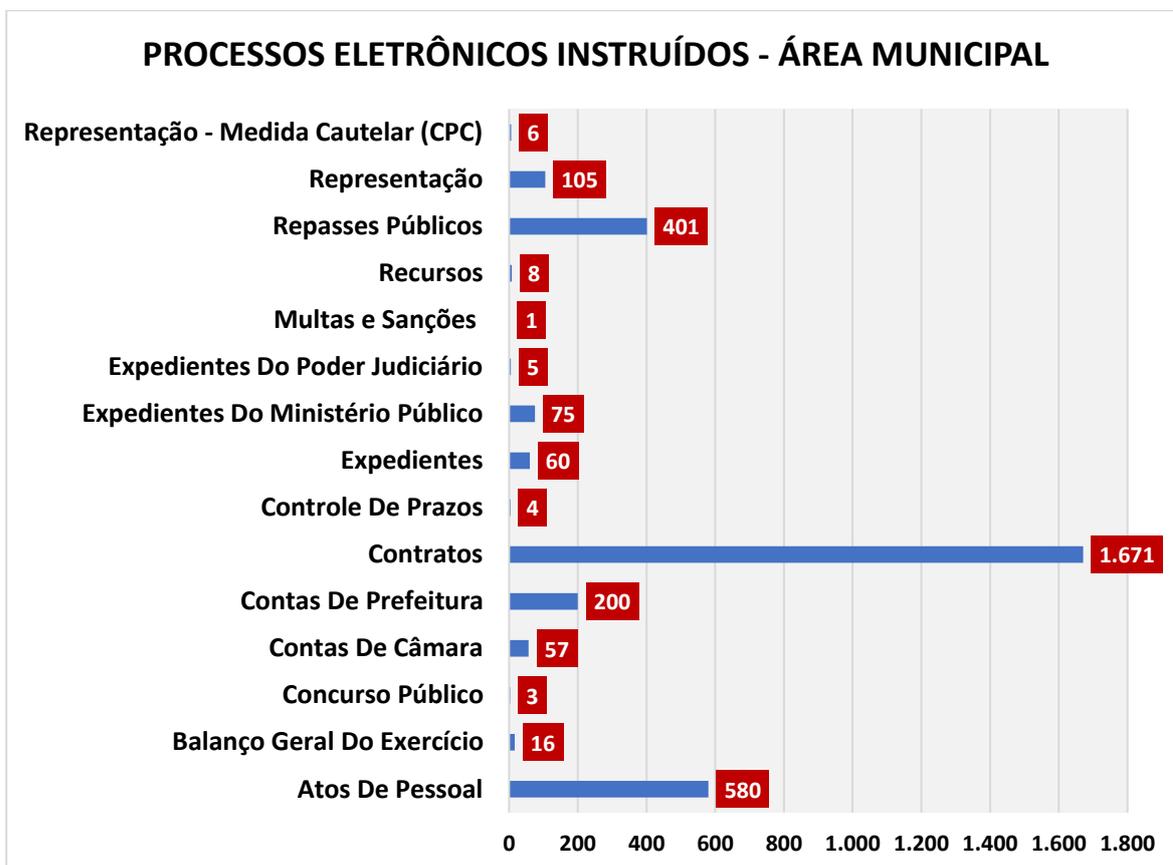


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Includidos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

3.1.3. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014 e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização, o NAEC é responsável pelo acompanhamento e pela análise da execução de contratos cujos objetos envolvam a realização de obras e serviços de engenharia, firmados pelas Administrações municipais e estadual.

No trimestre, dos ajustes já selecionados pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC examinou **39 novas contratações do gênero**, além de instruir, no mesmo período, outros **87 processos** com objetos da mesma natureza. No fim de março, o Núcleo registrou um total de **996 autos sob seu acompanhamento**.

3.1.4. Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

À área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, compete a análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia das matérias apreciadas por esta Corte. No trimestre, a ATJ exarou **1.667 manifestações** nos processos que lhe foram submetidos.

3.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema Audesp, que coleta eletronicamente dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais dos órgãos e entidades jurisdicionados. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e na qualidade das informações e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória, por meio de indicadores e informações estratégicas, que direcionam o planejamento e a execução das atividades-fim deste Tribunal.

No primeiro trimestre de 2025, o órgão **conduziu 53 atividades macro analíticas, por meio de suas seções**.

3.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA

Departamento subordinado à Presidência do TCESP e responsável pela atividade-meio do TCESP (área administrativa), é composto por duas Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.798 processos**.

3.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal, efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase na receita e nas despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

3.2.2. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 18.078, de 3 de janeiro de 2025, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2025” foi elaborado em observância à Lei nº 17.990, de 23 de julho de 2024, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2025”.

A dotação para **as despesas deste Tribunal foi fixada em R\$ 1.172.181.749,00**, sendo R\$ 1.161.000.778,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$ 11.180.971,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.990/2024), o Decreto n.º 69.319, de 22 de janeiro de 2025, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2025 e a Portaria Conjunta SO-STE-1, de 23 de janeiro de 2025.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado – PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2025 (Decreto n.º 69.319/2025) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas **suplementações ao orçamento vigente**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 175930063 e 275930063 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no **valor total de R\$ 1.700.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO nº 02001/2025-1-0002, concluído em 29/1/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO, autorizando a Crédito Suplementar, no valor de R\$ 1.700.000,00, à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, na seguinte conformidade Redução: 33.90.15 (Diárias Militar) - Os valores serão reduzidos do PT 01032020048210000 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA, fonte 150010001 - TESOIRO-GERAL, Grupo 3 – CUSTEIO 339015 – DIÁRIAS MILITAR, no valor de R\$ 1.700.000,00 e serão suplementados na órgão 18000 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, UO 18004 - Polícia Militar do Estado de São Paulo, elemento de despesa 339015, programa de Trabalho Resumido 180422 (06181181949930000), resultando na mesma finalidade, ou seja, realização da vigilância nos prédios do Tribunal de Contas do Estado de SP, realizado pela própria Polícia Militar do Estado de SP, em substituição da utilização de empresa terceirizada de Vigilância contratada, nos termos do Termo de Cooperação GSSP/ATP-636/22.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2025, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício. Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Fevereiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Março	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Abril	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Maió	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Junho	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Julho	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Agosto	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Setembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Outubro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Novembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Dezembro	83.190.079	13.628.247	357.921	-	13.986.168	97.176.247
TOTAL	993.906.897	162.817.980	4.275.901	-	167.093.881	1.161.000.778

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Fevereiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Março	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Abril	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Mai	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Junho	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Julho	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Agosto	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Setembro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Outubro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Novembro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Dezembro	644.490	291.367	-	935.857	98.112.104
TOTAL	7.700.00	3.480.971	-	11.180.971	1.172.181.749

(Valores em R\$ 1)
Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Fevereiro	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Março	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Abril	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Maió	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Junho	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Julho	82.792.438	13.279.368	356.180	-	13.918.883	96.427.986
Agosto	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Setembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Outubro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Novembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Dezembro	83.190.079	13.628.247	357.921	-	13.986.168	97.176.247
TOTAL	993.906.897	161.117.980	4.275.901	-	165.393.881	1.159.300.778

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Fevereiro	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Março	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Abril	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Mai	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Junho	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Julho	641.410	289.964	-	931.374	97.359.360
Agosto	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Setembro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Outubro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Novembro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Dezembro	644.490	291.367	-	935.857	98.112.104
TOTAL	7.700.000	3.480.971	-	11.180.971	1.170.481.749

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	80.763.554,89	51.321.606,84	400.246,85	-	51.721.853,69	132.485.408,58
Fevereiro	80.699.344,86	24.960.862,59	495.500,69	-	25.456.363,258	106.155.708,14
Março	79.846.138,58	8.738.340,23	60.000,00	-	8.798.340,23	88.644.478,81
TOTAL	241.309.038,33	85.020.809,66	955.747,54	-	85.976.557,20	327.285.595,53

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	132.485.408,58
Fevereiro	3.298.967,90	641.900,00	-	3.940.867,90	110.096.576,04
Março	57.977,24	-	-	57.977,24	88.702.456,05
TOTAL	3.356.945,14	641.900,00	-	3.998.845,14	331.284.440,67

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	80.753.946,27	5.191.316,43	-	-	5.194.316,43	85.948.262,70
Fevereiro	80.174.977,72	9.901.218,18	118.747,99	-	10.019.966,17	90.194.943,89
Março	79.881.874,23	9.110.852,28	49.423,93	-	9.160.276,21	89.042.150,44
TOTAL	240.810.798,22	24.206.386,89	168.171,92	-	24.374.558,81	265.185.357,03

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEEX

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	85.948.262,70
Fevereiro	-	-	-	-	90.194.943,89
Março	48.312,14	-	-	48.312,14	89.090.462,58
TOTAL	48.312,14	-	-	-	265.233.669,17

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEEX

3.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

Subordinado à Presidência e composto pelas Seções Técnicas de Gestão e Relacionamento (DTI-1) e de Segurança da Informação (DTI-2), assim como pelas Divisões de Sistemas (DSIS) e de Tecnologia (DTEC), o DTI presta assessoria na área de Informática, respondendo pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de

softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de *e-mails* corporativos; guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, quanto ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas, o DTI atualizou os Painéis **IEG-Prev Municipal, IEG-M e Terceiro Setor**, bem como implementou novas funcionalidades ao aplicativo **Bem TCESP** e realizou inclusões no **Portal do Controle Externo**, que são de uso exclusivo para os servidores da Corte.

Ademais, no período, realizou diversas atividades relacionadas ao sistema ANIA, abrangendo tanto a cooperação com órgãos públicos quanto a atualização e o aprimoramento técnico da plataforma.

No serviço de suporte ao usuário, o DTI fez **2.255 atendimentos telefônicos**, sendo 1.021 para servidores e 1.120 para usuários externos (114 ligações foram abandonadas). Além disso, foram **gerados 7.411 chamados virtuais**.

3.4. GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de admissibilidade de recursos, ações de rescisão e revisão de julgado e representações, além de avaliar, sob perspectiva jurídica, outros tipos de expediente. Atua, ainda, na área do contencioso, representando o TCESP nos feitos judiciais.

O GTP elaborou **270 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise de consultas, recursos e ações, bem como a verificação e o encaminhamento de informações enviadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP totalizou **131 processos e expedientes físicos**, inclusive com prestação de informações à Procuradoria Geral do Estado. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **399 ações** em que este Tribunal figura no polo passivo.

3.5. ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP

Vinculada diretamente à Presidência do Tribunal, a partir da publicação da Resolução nº 13, de 29 de maio de 2024, a **Escola Paulista de Contas Públicas**

“Presidente Washington Luís” – EPCP realizou **88 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de *podcasts*, que contaram com **3.446 participantes e 6.511 visualizações**.

Do setor, destacam-se as seguintes atividades:

- a) **Orientações sobre os cuidados de início de mandato – Prefeito eleitos e equipe de Governo (2025-2028):** o primeiro treinamento do ano, que ocorreu em 21 de janeiro, teve como objetivo principal orientar os gestores públicos eleitos sobre os cuidados a serem tomados no início de mandato (2025 a 2028). Até o fim do trimestre, a capacitação contava com mais de 5 mil visualizações no canal do YouTube.
- b) **29º CAAPEFIS:** realizado entre os dias 10 e 13 de fevereiro, no Centro de Convenção Rebouças, na Capital, a 29ª edição do Ciclo Anual de Aperfeiçoamento Pessoal – CAAPEFIS teve participação diária de cerca de 600 servidores e foco em conteúdos de interesse comum dos setores de Fiscalização, Administração e Tecnologia.
- c) **Auditoria Operacional Coordenada Nacional na Primeira Infância:** teve o intuito de capacitar servidores sobre a avaliação da eficiência e da eficácia das políticas públicas voltadas à Primeira Infância. O evento, de 25 a 27 de março, recebeu 127 Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas de todo o país e foi promovido em parceria com o IRB e a Atricon.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 1º trimestre

1º trimestre de 2025	Quantidade de eventos	Número de participantes	Participantes on-line/visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCESP</i>	64	3.330	4.123
<i>Reuniões</i>	20	116	54
<i>Podcontas</i>	4	-	2.334
TOTAL	88	3.446	6.511

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – realizou **303** atendimentos presenciais e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas. Já o **Memorial** da Corte de Contas paulista, que tem suas atividades supervisionadas pela EPCP, recebeu **167** visitantes, sendo 102 oriundos do público interno – servidores, estagiários e terceirizados – e 65 externos, incluindo os alunos participantes do programa “Conheça o TCESP”.

3.6. DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS – DPROC

Criada pela Resolução nº 02/2025, a Diretoria de Gerenciamento de Processos - DPROC é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte (e-TCESP). No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo setor apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos

	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Atendimentos	Telefone	482	485	459	1.426
	Fale Conosco	655	917	736	2.308
	“Web”	259	217	204	680
	E-mail	20	14	8	42
	Outros (<i>habilitação, perfil de acesso a usuários, substituição de usuários em férias, dentre outras atividades</i>)	374	680	520	1.574
	API/WhatsApp/Presencial	0	1	1	2
Cópias Digitais (CDs) - íntegras de processos		207	419	201	827
Envio de e-mails (Comunicados)		163	163	152	478
SEI		61	119	96	276
Cadastros	Advogados	158	159	142	459
	Partes	570	788	622	1.980
	Órgãos	1.450	155	164	1.769
	Participação PILOTO ¹	0	2	4	6
	Processos Cadastrados PILOTO	0	2	6	8
	Liberação do PILOTO para Produção	0	1	1	2

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se a disponibilização e os ajustes em produção para tramitação das classes de processos de Cautelar em Procedimento de Contratação (CPC), de Cautelar de Suspensão de Pagamentos (CSP) e Cautelar em Procedimento de Concurso Público; a suspensão de autuação de processos de Exame Prévio de Editais (EPE); estudo, ajustes, configurações e implantação da tramitação de processos de “Acompanhamento de Execução Contratual” e “Acompanhamento de Concessão/Permissão” no Pleno; desenvolvimento de serviço para obtenção de lista de órgãos/entidades que possuem processos autuados para Audesp/Áquila; ajustes e aperfeiçoamentos no Radar+ e-TCESP; e as manutenções programadas no sistema.

3.7. DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE

Criada pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, e vinculada ao Gabinete da Presidência, a DCE possui, entre suas atribuições, o acompanhamento e a coordenação dos processos de planejamento, bem como das informações gerenciais, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição.

Quanto à gestão e ao monitoramento do **Plano Estratégico 2022-2026**, ao longo do primeiro trimestre, a **Seção de Planejamento e Projetos Estratégicos (DCE-1)** concentrou seus esforços no **balanço das entregas de 2024 e na definição do Portfólio Prioritário de 2025**, além de dar continuidade a diversos projetos estratégicos e iniciativas voltadas ao aprimoramento institucional.

O monitoramento indicou que **48% dos projetos cumpriram totalmente suas metas**, 45% atingiram parcialmente as metas e 7% passaram por replanejamento. Já na definição e na formalização do Portfólio Prioritário de 2025, foram **fixados 19 projetos para execução prioritária**, sendo 12 em continuidade a temas já priorizados em 2024 e 7 inéditos, incluindo o vencedor do Prêmio CAAPEFIS 2025 na categoria Soluções para Grandes Desafios.

No primeiro trimestre de 2025, a DCE também passou a integrar o **Programa de Residência em Gestão Pública e Controle Externo (TCESP-Residente)**, por meio do qual uma doutoranda em Administração iniciou o desenvolvimento de projetos e ações voltados ao **aprimoramento da gestão de processos institucionais**, em colaboração com a equipe do Objetivo Estratégico 7.

Em relação às atividades de apoio ao desenvolvimento dos projetos estratégicos, a DCE avançou na **estruturação do projeto para implantação da Resolução nº 15/2024**, que tem como objetivos **promover a meritocracia e incentivar a proporcionalidade de gênero**, em parceria com a equipe do Objetivo 10. Além disso, acompanhou o desenvolvimento do **Novo Painel de Obras** e colaborou na implantação piloto da ferramenta **Ania.Juris**, em conjunto com a equipe do Objetivo Estratégico 2.

No âmbito do Objetivo Estratégico 1, a DCE contribuiu para o desenvolvimento do sistema de acompanhamento de indicadores e metas do **Programa de Logística Sustentável**. Paralelamente, articulou-se com a EPCP e com a equipe do Objetivo Estratégico 9 para elaborar proposta de continuidade da ferramenta **EPCPlay**, com foco nas ações de capacitação interna.

Em parceria com a equipe do Objetivo Estratégico 11, a DCE colaborou na estruturação do projeto de **automatização da catalogação das decisões colegiadas e do controle de trânsito em julgado**. Além disso, prestou apoio à **equipe vencedora do Prêmio CAAPEFIS 2025** na formatação do **projeto VIVA TCESP**, com o propósito de aprimorar a comunicação interna da instituição.

Ao final do 1º trimestre de 2025, o Portfólio do Plano Estratégico 2022-2026 contava com **203 projetos, dos quais 103 com status concluído, 50 em andamento e 50 ainda não iniciados**.

No que tange às atividades da **DCE-2**, sobressaem as participações no **Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo (FOCCOSP)** e na **Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo da Atricon (InfoContas)**.

Ademais, foi retomado o **contato com instituições bancárias para a celebração de Acordo de Cooperação Técnica** que tem por objeto o acesso a dados pertinentes às contas bancárias dos **órgãos e entes jurisdicionados ao TCESP**. Nesse sentido, formalizou-se a inclusão desses trabalhos em Projeto Prioritário inserido no Plano Estratégico 2022-2026.

Por fim, deu-se continuidade ao desenvolvimento do **ARES 2.0**, em conjunto com a Divisão Audesp e com o Departamento de Tecnologia da Informação. Por meio desta ferramenta, busca-se viabilizar a realização de consultas, com base na análise de grafos, que permitam encontrar vínculos diretos e indiretos entre pessoas físicas e jurídicas.

3.8. DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio ao Presidente e ao Chefe de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, fornecendo subsídios para elaboração dos despachos de encaminhamento dos feitos.

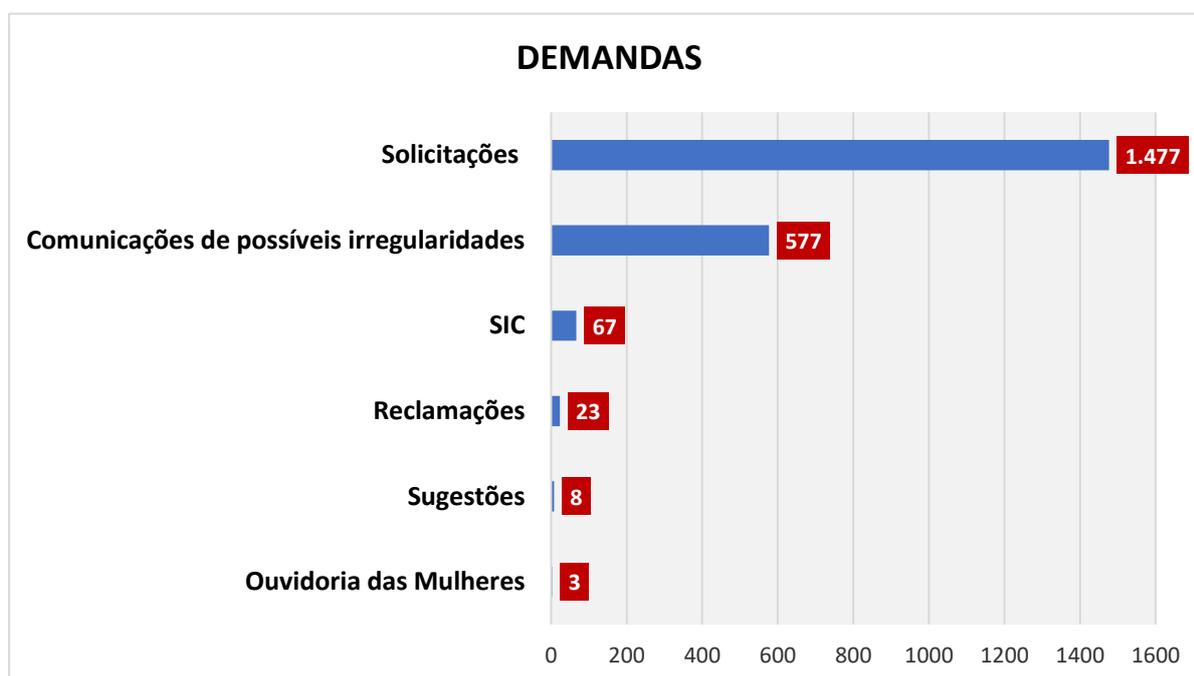
No período, a Diretoria preparou **668 despachos no âmbito do Sistema SEI (administrativo)**, além de **1.227 minutas de despachos no e-TCESP**.

A DEP também conduziu as tarefas necessárias à realização de **4 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno, 52 Sustentações Orais e 54 Memoriais**. Promoveu, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

3.9. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 3/2015, publicada no DOE de 12/3/2015, realizou **2.155 atendimentos**, neste trimestre. A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, que, no período, processou **67 pedidos** de informações. Abaixo, quadro resumo dos atendimentos realizados:

Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria



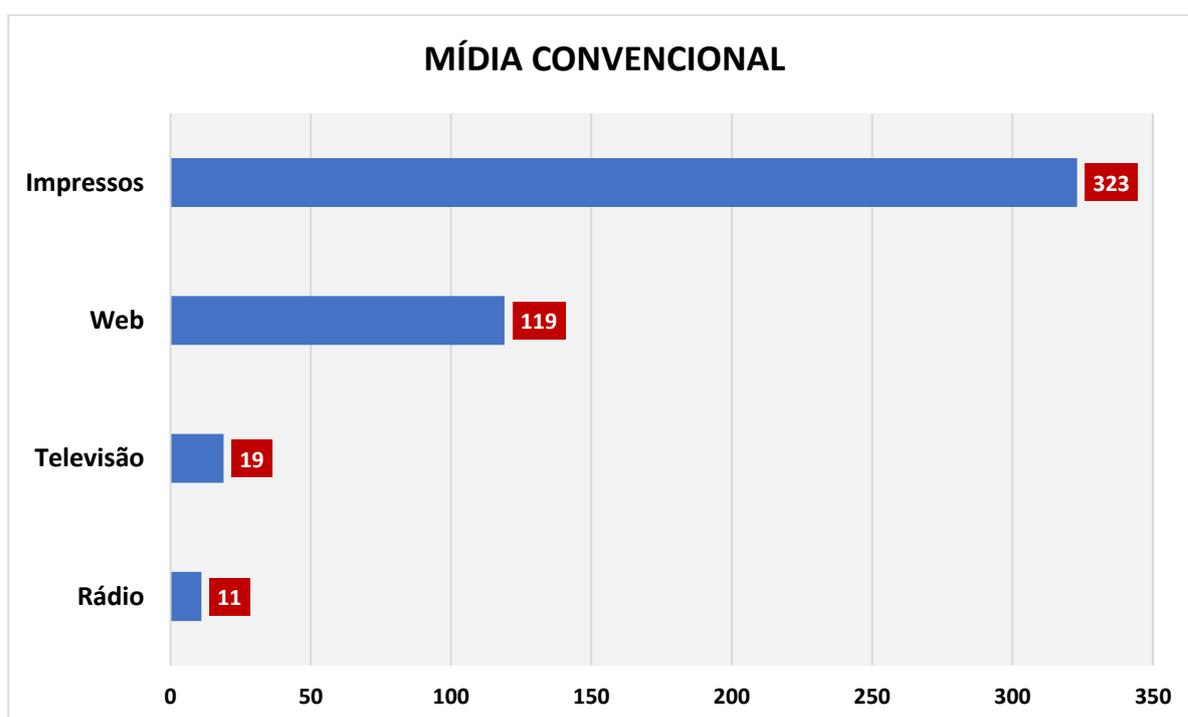
Registre-se, ainda, o total de **1.019 chamados** abertos sem opção correspondente no sistema e reclassificados pela Ouvidoria, a exemplo de dúvidas relacionadas a suporte técnico de sistemas, questões ligadas a pedidos de assessoramento, chamados abertos pelo mesmo interessado com assuntos idênticos e orientações sobre denúncia ou representação.

3.10. DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS

Instituída pela Resolução nº 22, de 12 de dezembro de 2023, a Diretoria de Comunicação Social do TCESP é responsável por desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do Tribunal, promovendo o fluxo adequado de informações entre o público externo, os jurisdicionados e os servidores. Dentre as atividades promovidas no período, destacam-se:

CLIPPING: a DCS utiliza-se de ferramenta de clipagem de conteúdo para monitoramento e análise de menções feitas ao TCESP na mídia convencional, abrangendo televisão, rádio, jornais e revistas (impressos e em meio eletrônico), *sites* noticiosos, *blogs*, entre outros. No primeiro trimestre, foram **472 registros na mídia convencional**.

Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional



NEWSLETTER: a Diretoria também é responsável pela produção de *newsletters*, com periodicidade semanal, com as principais notícias, decisões e julgamentos. No período, foram produzidas **15 newsletters**, enviadas a **33.315 contatos**, sendo **31.796 externos e 1.519 internos** (servidores na Capital e nas Unidades Regionais).

PUBLICAÇÕES: no período, foram publicadas no *site* institucional e no Portal do Servidor **138 notícias** relativas a julgamentos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno), agenda, seminários, cursos, eventos internos e externos, e de interesse do servidor. Ademais, foram veiculadas **539 publicações em redes sociais**, **11 comunicados internos**, realizadas **116 inserções no calendário** – obrigações dos jurisdicionados e eventos promovidos pela Corte –, e divulgadas **17 fotos-legendas**. A DCS também é responsável pela produção gráfica, editoração eletrônica, diagramação e veiculação de manuais e de materiais de cunho institucional. No período, foram disponibilizadas **27 publicações**, sendo **18 artigos**, **6 boletins**, **2 relatórios** e **1 manual**. Por fim, a DCS fez **59 postagens no Microsoft Teams** – canal por onde informa os servidores sobre eventos, comunicados, campanhas, novidades e acontecimentos da Corte – e enviou **38 mensagens pelo canal “Comunicação TCESP” do WhatsApp** corporativo. A plataforma Google Analytics GA4, já com a unificação de notícias nos Portais do Servidor e Institucional, registrou, no primeiro trimestre, **381.215 usuários** e **2.455.947 visualizações**.

PRODUÇÃO GRÁFICA E EDITORIAL: no primeiro trimestre, foram desenvolvidas pela DCS **324 peças gráficas/editoriais** (artes), digitais e/ou impressas.

CONTEÚDO AUDIOVISUAL: ao todo, foram produzidos **122 conteúdos audiovisuais**, englobando a supervisão de entrevistas e gravações; o desenvolvimento de reportagens em vídeo (*videotape/VT*); produção de programas e séries que tratam de assuntos relacionados ao escopo de atuação do TCESP; gravação de *podcasts*; entre outros conteúdos digitais para o público interno e/ou externo. O material produzido é divulgado na TVTCE, no canal do YouTube, na Rede TCESP, e em outras redes sociais, internas (Viva Engage) e públicas (Instagram, Facebook e TikTok). Além disso, foram disponibilizadas **6.012 fotos** do TCESP na conta oficial do órgão no Flickr, o que gerou um total de **10.081 visualizações**.

CERIMONIAL: a Seção de Cerimonial é responsável por acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCE SP. No primeiro trimestre de 2025, o Cerimonial atuou em **1 audiência interna, 9 eventos externos e 6 internos**, elaborando roteiros e prestando suporte técnico protocolar.

3.11. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE – Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **primeiro trimestre de 2025**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

ANTONIO ROQUE
CITADINI:57147019849

Assinado de forma digital por
ANTONIO ROQUE
CITADINI:57147019849
Dados: 2025.08.07 13:12:26 -03'00'

ANTONIO ROQUE CITADINI
PRESIDENTE

ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<https://www.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 15 - Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
GP	10/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares Submetidas ao Tribunal Pleno	28/3/2025
GP	09/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares Submetidas ao Tribunal Pleno	21/3/2025
GP	08/2025	Horários das sessões ordinárias da 1ª e da 2ª Câmaras do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	20/3/2025
GP	07/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares Submetidas ao Tribunal Pleno	14/3/2025
GP	06/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares Submetidas ao Tribunal Pleno	28/2/2025
GP	05/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares Submetidas ao Tribunal Pleno	21/2/2025
GP	04/2025	Lista de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidos ao Tribunal Pleno	10/2/2025
GP	03/2025	29º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais	10/2/2025
GP	02/2025	Proporcionalidade de gênero no preenchimento das funções de Chefia e no provimento dos cargos de Direção	3/2/2025
GP	01/2025	Sistema Audep – Fase V – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Prestação de Contas	9/1/2025

Tabela 16 - Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
SDG	16/2025	Atualização das informações do cadastro dos responsáveis pelos controles internos	24/3/2025
SDG	15/2025	Ciclo de Debates em Garça e Jaú	21/3/2025
SDG	14/2025	Entidades proibidas de novos repasses	7/3/2025
SDG	13/2025	Planos de Proteção e de Defesa Civil	24/2/2025
SDG	12/2025	Reabertura do prazo para solicitação de remoção de servidores	19/2/2025
SDG	11/2025	Módulo “Execução” da Fase IV do Sistema Audesp	17/2/2025
SDG	10/2025	29º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais	20/3/2025
SDG	09/2025	Entidades proibidas de repasses	7/2/2025
SDG	08/2025	Orientação sobre a Condicionalidade de Gestão Democrática e o Recebimento dos Recursos do VAAR/Fundeb	6/2/2025
SDG	07/2025	Questionário para diagnóstico da aderência ao Sistema Audesp Fase V	6/2/2025
SDG	06/2025	Composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras – Exercício 20205	30/1/2025
SDG	05/2025	1ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno	27/1/2025
SDG	04/2025	Regimes Próprios de Previdência – Previdência Complementar	20/1/2025
SDG	03/2025	Valor atualizado de remessa – Exercício de 2025	16/1/2025
SDG	02/2025	Índice de Maturidade da Implementação da Lei de Licitações – IML	9/1/2025
SDG	01/2025	Entidades proibidas de novos repasses	8/1/2025



2025



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo